

MARXISMO E FEMINISMO: UM ENCONTRO POSSÍVEL?

Elda Alvarenga¹

RESUMO

Trata-se de uma tentativa de relacionar a teoria marxista aos estudos feministas. É nossa intenção identificar os limites apresentados pelos teóricos e teóricas marxistas, quando se referem aos processos de produção. Procuramos também demonstrar em que medida a teoria marxista pode dar sustentação a formulações teóricas de diversas correntes feministas contribuindo, assim, para a luta contra a opressão de gênero. Observamos que não se pode negar que, na elaboração clássica do marxismo, permaneceu uma lacuna para a compreensão efetiva da opressão vivida pelas mulheres, do papel dessa opressão, dos mecanismos de sua reprodução e ainda do potencial subversivo da luta pela superação dessa superação. No entanto, do ponto de vista das teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva que considera, de forma mais ampla, a dimensão política da subordinação da mulher, a de se considerar a necessidade de se incorporar à análise marxista da sociedade a forte influência que os processos de legitimação da exploração capitalista exercem na reprodução da subordinação das mulheres, desnaturalizando, dentre outras coisas, a dicotomia entre atividades femininas e masculinas.

Palavras-chave: Marxismo, feminismo.

O marxismo se apresenta como a teoria que, ao mesmo tempo em que procura compreender a sociedade, a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, objetiva guiar a prática subversiva contra a dominação do capital. No entanto, o crescimento da luta das mulheres como um movimento cada vez mais autônomo e emancipatório, especialmente a partir dos anos 60, tornou-se um desafio para as explicações dadas pelo marxismo, uma vez que a condição de submissão vivida pelas

mulheres (metade dos seres humanos) não era explicada pela teoria, modelos e esquemas marxistas difundidos ao longo de mais de um século. A principal crítica do feminismo ao marxismo é o fato de este não ter desenvolvido uma análise mais específica sobre a natureza das relações de gênero e/ou não ter integrado a questão do gênero ao corpo mais geral de sua teoria de forma mais destacada.

Não se pode negar que, na elaboração clássica do marxismo, permaneceu uma lacuna para a compreensão efetiva da opressão vivida pelas mulheres, do

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, professora da FAESA da disciplina de Estágio, Pesquisa e Projeto.

papel que cumpre essa opressão, dos mecanismos de sua reprodução e ainda do potencial subversivo da luta pela superação dessa dominação. Desse modo, podemos perceber que os limites da percepção marxista sobre as questões relacionadas com o gênero eram (e ainda o são muitas vezes) condicionados pelo domínio masculino “inquestionado” no seio dos movimentos revolucionários e emancipatórios e pela visão de mundo machista que ainda reflete os interesses dos homens como gênero que se beneficia com a opressão das mulheres.

O reducionismo econômico é uma das principais críticas das teorias feministas² ao marxismo. Essas teorias o acusam de centralizar basicamente a análise da sociedade nos processos de produção em detrimento dos também importantes processos de reprodução. Essa crítica se dá principalmente pelo fato de o pensamento feminista acreditar que a superação da opressão de classe não supera as diferenças entre os sexos. O caráter espe-

cífico da opressão de gênero evidencia que esta não pode ser reduzida à classe uma vez que as mulheres de todas as classes são oprimidas. Essa opressão não é apenas uma manifestação cultural, ideológica, mas uma prática fundamentada em sólidas raízes materiais.

Deve-se considerar, no entanto, que Marx e Engels são tributários de um contexto intelectual no qual não se analisavam as relações entre homens e mulheres, nem a situação global destas no interior do sistema capitalista e das suas diferentes classes. A principal preocupação dos seus estudos era a análise das relações pelas quais se reproduz a sociedade dominada pela burguesia e nas quais as mulheres estavam implicadas. Nosso desafio é perceber e discutir em que medida o marxismo contribui para a compreensão da natureza das relações sociais de gênero e do lugar das mulheres na sociedade.

Coube ao marxismo o mérito de desenvolver a primeira análise mais sistêmica sobre a opressão de gênero, desnaturalizando a condição de subordinação das mulheres e situando sua gênese num processo histórico e social. A base para essa análise situa-se na teoria mais geral que seus dois principais autores (Marx e Engels) desenvolveram, segundo a qual o

² Joan Scott (1991) classifica as principais correntes feministas em três grandes quadros teóricos: a teoria do patriarcado (busca explicar e entender a mulher a partir da explicação das origens do patriarcado); a teoria marxista (defende que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agem reciprocamente uns sobre os outros para produzir experiências sociais e históricas); e a teoria psicanalística interessa-se pelos processos pelos quais foi criada a identidade do sujeito.

entendimento das várias faces das relações humanas haveria de ser buscado nas causas materiais. Ao afirmarem que “...os homens [e as mulheres] fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem e sim sob certas circunstâncias que encontram e que lhes são transmitidas no passado...” (Marx, 1978, p. 14). Marx & Engels (1999), além de fornecerem uma compreensão mais geral sobre as características não idealistas dos processos de transformação social, constroem também a base para pensar o ser humano ativo e dinâmico. Possibilitam ainda a reflexão sobre a origem das instituições (como a família, por exemplo) e dos valores sociais através das gerações como processos mutáveis. Assim, mostraram como os processos de divisão do trabalho foram formando elementos exteriores aos indivíduos que deles compartilham, ganhando aspecto naturalizado.

A noção da historicidade, como base de todas as relações e valores sociais, desenvolvida por Marx e Engels, é sem dúvida uma excelente contribuição para a desnaturalização dos lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade, em especial na capitalista. Para Araújo (2001, p. 15),

...com essa abordagem, tornou-se possível demonstrar que, assim

como todas as instituições, a família e as relações de gênero são construídas, reproduzidas e transformadas. Isto porque, para a teoria materialista da história, a natureza humana não é algo inerente e imutável, mas produto das interações sociais...

O conceito de alienação em relação ao processo de trabalho também se constituiu como uma contribuição do marxismo para a análise das relações sociais de gênero, ao relacionar o trabalho doméstico ao processo de produção de vida material. A inter-relação dos conceitos de historicidade e alienação permitiu a concepção de uma dimensão coletiva da subjetividade humana, ou seja, o papel das representações sociais dos indivíduos sobre suas práticas materiais que exercem influência sobre os processos de interação humana, seus valores e suas práticas sociais.

Já no manifesto comunista (1872), Marx e Engels acusam a burguesia de reduzir as mulheres a instrumento de produção ou prostituição, mas foi “A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado” (1884) que se constituiu a referência mais citada, e talvez a mais importante, para discutir a relação entre o marxismo e o feminismo. Engels faz uma análise sistemática sobre a relação entre a primeira forma de propriedade privada e

a subordinação das mulheres. Acreditava que a primeira oposição de classe coincide com o desenvolvimento de antagonismos entre homens e mulheres e a primeira opressão consiste na dos homens sobre as mulheres.

Venteuil (1989) aponta que Engels distingue três grandes períodos da história das mulheres: as sociedades sem classes, nas quais as mulheres ocupariam uma posição dominante; as sociedades de classes não capitalistas em que as mulheres escravas estavam dedicadas à reprodução doméstica; e o capitalismo que reincere as mulheres no mercado de trabalho, oferecendo assim base para a sua emancipação. Há, entretanto, entre os/as teóricos/as do feminismo, severas críticas à idéia do matriarcado, uma vez que nessas sociedades as relações de poder se não eram exercitadas pelos maridos o eram pelos tios maternos. Parece que Engels não se dá conta do papel predominante que tem o lugar de residência da família para a hierarquização das relações de poder. Venteuil (1989, p. 9) analisa, entretanto, que

...os homens fazem o mesmo que as mulheres, e vice-versa: tudo depende da sociedade em que se encontrem [...] o que é válido para as sociedades de classe o é para as sociedades primitivas: o

que conta não é a natureza do trabalho, mas sim as relações sociais ensejo se realiza [...] essas sociedades funcionam sobre a base da apropriação coletiva, por parte dos homens, da força de trabalho das mulheres...

O equívoco da análise de Engels está no fato de que, para ele, a divisão de trabalho entre homens e mulheres era natural, não hierárquica, sem desigualdade de valores entre as diferentes tarefas desenvolvidas por mulheres e homens. Baseando sua análise da origem da degradação do estatuto feminino numa divisão primitiva das mulheres, como se a divisão sexual do trabalho fosse natural e universal, Engels supõe que a solidariedade de classe seria suficiente para superar a condição de subordinação e estabelecer uma distinção qualitativamente diferente entre as relações de gênero proletárias e burguesas. Essa abordagem parece acreditar que não existe opressão de gênero na classe proletariada. Venteuil (1989, p. 8) se contrapõe a essa posição afirmando que “...nenhuma formação social conhecida pode prescindir da utilização massiva da força de trabalho das mulheres para a produção”.

Em “A classe operária tem dois sexos”, Hirata & Kergoat (1994) dão uma brilhante contribuição para combater o mito da unidade política da classe operá-

ria, a partir da análise da relação classe-gênero, e evidenciando que as relações de sexo são estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações contingentes. Afirmam que as relações de classe são sexuadas e transversais assim como as relações sexuais são classistas, uma vez que os sujeitos individuais e/ou coletivos são ao mesmo tempo produto e produtores das relações sociais (e práticas). É relevante ressaltar que, para Hirata & Hergoat (1994), as relações entre sexo e classe não se apresentam da mesma maneira em diferentes contextos históricos.

Com base nas análises dos escritos de Marx e Engels, Venteuil (1989, p. 13) identifica lacunas em três aspectos fundamentais na teoria marxista. São elas:

...a utilização diferenciada da força de trabalho feminina e masculina pelo capitalismo; o aparecimento de uma família burguesa, adaptada às necessidades econômicas e políticas do sistema; a natureza das relações sociais entre os sexos.

O marxismo procurou dar uma explicação conjuntural para a superexploração da força de trabalho feminino, não chegando a conceber essa exploração como um fenômeno estrutural, pautado na desvalorização pelo capital da força de trabalho feminino.

Essa desvalorização se materializa na diferenciação dos salários de homens e mulheres até a atualidade. Abramo (2000) salienta que, apesar de, no final da década de 80, a porcentagem de mulheres ocupadas com treze e mais anos de estudo ser superior a dos homens na maioria dos países da América do Sul,³ o salário das mulheres continua sendo significativamente inferior ao dos homens. A autora salienta ainda que quanto maior for o nível educacional maior será a diferença salarial entre homens e mulheres.

Outro fator destacado por Abramo (2000) é que a acentuada elevação do nível de escolaridade das mulheres nos últimos anos está relacionada com o fato de que a dificuldade de incorporação no mercado de trabalho para as mulheres é significativamente maior que a dos homens.

No que se refere à família burguesa, Marx e Engels renunciaram a sua extinção a curto prazo, entretanto "...a burguesia não impõe um estreitamento das relações familiares pré-capitalistas, mas um modelo diferente de família [...] a novidade consiste, na superação geográfica e econômica entre produção e reprodução... (Venteuil, 1989, p. 15).

³ No Brasil - 12,9% de mulheres para 9,1% dos homens.

Dessa forma, fica explícito que não é interessante para o capital o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres, uma vez que a sua realização no âmbito privado supõe uma grande economia para o capital. Nessa lógica, não precisa ser repassado no salário do homem trabalhador o salário equivalente ao pagamento dos serviços realizados pelas mulheres.

Em relação à natureza das diferenças sociais entre homens e mulheres, Marx e Engels, diferente dos socialistas utópicos de sua época, conseguiram perceber a opressão feminina, no entanto não alcançaram em suas análises o fundamento, na sociedade capitalista, dos conflitos entre os dois sexos. Não se pode negar que historicamente os homens estão dotados, desde o nascimento, de uma situação global de privilégio em relação às mulheres, tanto em relação às mulheres de sua classe social, quanto a todas as mulheres.

Contudo, podemos desconsiderar as contribuições teóricas que os/as diversos/as teóricos/as marxistas, em especial as mulheres marxistas,⁴ têm dado ao longo da história para a compreensão e superação da opressão de gênero.

⁴ Clara Zetkin (1857-1933), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Alexandra Kollantai (1873-1952), por exemplo.

Eles e elas enriqueceram o pensamento marxista sobre a situação das mulheres, buscando incorporar novas questões e conferir uma dimensão própria às relações entre homens e mulheres. Para Venteuil (1989, p. 19),

A força do marxismo reside no fato de ser a metodologia que permite a reconstrução dos fragmentos dispersos da opressão das mulheres (trabalho, família, valores,...) num conjunto que lhes dê sentido. Introduz as mulheres na história e no social, donde tinham sido expulsas pela ideologia patriarcal (não pela realidade). E dessa forma situa as mulheres à margem da luta de classes, mas no próprio coração da luta de classes. E não por miserabilismo, porque elas são as mais exploradas e [...]. Mas porque a sua opressão permite que o mistério do capitalismo funcione em todos os níveis e porque remodeladas, pode transmitir-se a outras sociedades opressoras...

Bebel (1889), citado por Araújo (2001), afirma que a análise da situação da mulher no capitalismo, focalizando as relações de trabalho, afetivas, sexuais entre homens e mulheres e o papel crucial desempenhado pela família no processo de subordinação das mulheres, aponta a política como meio para a superação da dominação feminina. Para ele, o socialismo e a ebulição de classes permitiriam a libertação das mulheres. Bebel, entre-

tanto, vai além das concepções de Engels por ter atribuído à questão da opressão das mulheres uma centralidade não explicitada nos trabalhos de Marx e Engels.

É ainda Bebel quem identifica a diferença da liberdade existente também entre o homem e a mulher proletários e acentua as restrições impostas às mulheres na distinção entre a moral sexual atribuída aos sexos. Essa constatação é a chave para a defesa da necessidade da união e luta das mulheres, de classes distintas inclusive, para criar mecanismos de resistência à opressão de gênero. Ao contrário, Bebel parece perceber a importância da participação ativa das mulheres para a realização do socialismo.

É nesse sentido que o movimento de resistência das mulheres se faz importante, concebendo que sua luta organizada e autônoma é fator primordial para a superação das relações desiguais de gênero, tanto no campo individual como no coletivo.

Assim, as teorias feministas têm permitido ao movimento socialista e ao marxismo incorporar, num plano mais direto, a compreensão da questão da opressão de gênero e das questões a ela ligadas. Num plano mais profundo, colocam em discussão o socialismo, como

movimento revolucionário de transformação de um mundo marcado por desigualdades e contradições em uma sociedade mais justa, igualitária e, portanto, mais humana.

Ainda que conturbada e repleta de contradições, a relação entre o marxismo e as teorias feministas é sustentada pela luta compartilhada por ambos os movimentos/teorias para a superação de um determinado tipo de opressão-classe e gênero. Outra peculiaridade do marxismo com o feminismo é a ênfase na materialidade existencial, considerando que essa materialidade é construída por práticas sociais reais e idealizadas. Castro (2001, p. 2), destaca que, tanto no marxismo como no feminismo, advoga-se "...a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos, paupando-se, portanto, por investimento em realizar uma utopia humanista....".

Do ponto de vista das teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva que considera de forma mais ampla a dimensão política da subordinação da mulher. A de se considerar a necessidade de incorporar à análise marxista da sociedade a forte influência que os processos de legitimação da exploração capitalista (por meio de mecanis-

mos como a ideologia e a alienação⁵) exercem na reprodução da subordinação das mulheres, desnaturalizando, dentre outras coisas, a dicotomia entre atividades femininas⁶ e masculinas.

ABSTRACT

Intends to relate the Marxist theory to the Feminist studies. Aims at identifying the limitations introduced by Marxist theorists when referring to the production processes. Seeks to demonstrate how Marxist theories may support the theoretical formulations of different Feminist trends, favoring the struggle against gender oppression. It points out that a gap in the classical development of Marxism has prevented the proper understanding of the oppression experienced by women, of the role played by this oppression, of the mechanisms of its reproduction, and also of the subversive potential of the struggle to overcome that oppression. Nonetheless, as far as general theories are concerned, Marxism can be seen as the theory that has the broader perspective regarding the political dimension of women's submission. The Marxist analysis of society should incorporate the strong influence that the processes of legitimating the capitalist exploitation have on the reproduction of the subordination of women, eliminating, among other things, the 'natural' aspect of the dichotomy between male and female activities.

Keywords: Marxism, feminism.

⁵ Processos a que Marx e Engels atribuíram importante papel na naturalização das interações e interesses sociais.

⁶ Geralmente com remuneração menor para mulheres.

REFERÊNCIAS

- 1 ABRAMO, L. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, D. G.; CAPELLIN, P.; SOARES, V. (Orgs.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. p. 111-134.
- 2 ARAÚJO, C. Marxismo e feminismo: tensões e encontros de utopias atuais. **Presença da Mulher**, São Paulo, ano XIII, p. 1-56, dez./fev. 2000.
- 3 BENVENISTE, S.; COPENELL, D. **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- 4 CASTRO, M. G. Feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. **Presença da Mulher**, São Paulo, ano XIII, p. 1-58, mar./maio 2001.
- 5 ENGELS, F. Origem da família, da propriedade privada e do estado. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985.
- 6 ENGELS, F; MARX, K. **Manifesto comunista**. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1999.
- 7 FARIA, N. (Org.). **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1988.

- 8 HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1995.
- 9 MARX, K. **O 18 de brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 10 VINTEUIL, I. **Marxismo e feminismo**. São Paulo: Aparte, 1989 (Cadernos Democracia Socialista).